

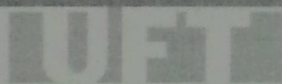
Ao Ministério da Educação- MEC,

28 de maio, Palmas, TO

NOTA DE REPÚDIO AOS CORTES DAS BOLSAS PERMANÊNCIA

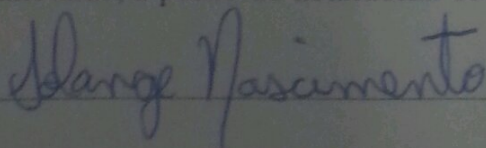
Diante da redução no investimento na educação superior e o impacto nas políticas de permanência de estudantes indígenas, quilombolas e baixa renda em função da redução de quarenta por cento no **Programa Nacional de Auxílio Estudantil (PNAES)**, feito pelo Governo Federal em 2017, em consequência da **Emenda Constitucional 95/16**, que congela os gastos públicos por 20 anos cabem algumas considerações:

1. A medida faz parte dos cortes na Educação e tem afetado diretamente indígena e quilombolas, pois são os que mais necessitam destes recursos para sua permanência nos Institutos e Universidades Federais do país inteiro. É importante que se mantenha a permanência desses acadêmicos pois estamos falando de brasileiros (as) natos(as) que também precisam do acesso à educação.
2. A garantia de um processo de formação acadêmica de qualidade e integral está relacionada à permanência dos/as estudantes na universidade. Para além das políticas de acesso é necessário que sejam mantidas as políticas de assistência estudantil, que se caracterizam por auxílios financeiros, atendimento psicossocial e adequação metodológica ao ensino para os estudantes. Cabe ressaltar que as políticas de permanência no ensino superior são direitos conquistados pelos estudantes e lideranças destas comunidades, que são afirmados por programas e auxílios como é o caso do **Decreto do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil)** e também da **Portaria Nº 389, de 9 maio de 2013** que criou o **Bolsa Permanência MEC**, instrumento que auxilia esses acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica garantindo sua permanência e o sucesso acadêmico.



3. Desde o início do ano de 2018 não foi realizada a inclusão de novos acadêmicos no Programa Bolsa Permanência MEC, principal fonte de permanência dos (das) estudantes indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Tocantins, mas ao mesmo tempo esses acadêmicos ingressaram e não estão sendo contemplados com a bolsa, prejudicando seu sucesso acadêmico. Na UFT, os acadêmicos perfazem um total de alunos oriundos de 22 diferentes povos indígenas e 44 comunidades quilombolas, em cursos que variam em carga horária com modalidade integral das ofertas, cursando cursos regulares e em regime de alternância, como a Licenciatura em Educação do Campo.
4. Desde o início do ano letivo de 2018 e em função do não pagamento da bolsa permanência muitos acadêmicos acabaram por abandonar os cursos já no primeiro semestre. O caminho trilhado por acadêmicos indígenas e quilombolas até a Universidade é marcado por inúmeras dificuldades. Desde o ato de matrícula no Ensino Superior até sua formação toma proporções e simbolismos ímpares. Por todas as dificuldades vencidas ao longo do caminho destes estudantes, que dada a extensão do Estado e as dificuldades de locomoção entre grandes distâncias e inacessibilidade, há ainda o significado social e histórico desses acadêmicos ingressarem em espaços que foram historicamente negados a essa parcela da população.

Nesse sentido o **GTI** (Grupo de Trabalho Indígena) da **Universidade Federal do Tocantins-UFT** em ação conjunta com a Coordenação de Ações Afirmativas vem por meio desta carta expressar seu repúdio às ações do Ministério da Educação - MEC e cobrar providências deste órgão sobre as políticas de permanência dos estudantes indígenas e quilombolas na universidade, como também cobrar o lançamento imediato do edital Bolsa Permanência MEC, pois os acadêmicos ingressantes estão passando por sérias dificuldades financeiras, a ponto de abandonar seus cursos.



Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas